

IV Os ministros	121
V Os valores como futuro	131
O que é a diplomacia	133
O poder dos direitos humanos	139
O federalismo comunitário	143
A identidade portuguesa	147
VI O futuro da Europa e de Portugal	151
Os desafios de Portugal	160
O risco do nacionalismo	163
BIBLIOGRAFIA DE JOSÉ CALVET DE MAGALHÃES	167
ÍNDICE REMISSIVO	179

Introdução

CONHECI O EMBAIXADOR JOSÉ CALVET DE MAGALHÃES em 1982, quando terminava a sua carreira diplomática dirigindo a renegociação do Acordo das Lages. Num país ainda marcado na sua política externa e de segurança pelo pensamento geopolítico atlantista ou pelo isolacionismo nacionalista, um diplomata, de primeiro plano durante o antigo regime, actor e pensador, capaz de ser ao mesmo tempo europeísta convicto e um admirador tranqüilo da democracia americana, era uma excepção e um enigma. Aliás, não têm sido nem um nem dois os políticos do novo regime que se espantam ao descobrirem a consistência das convicções europeístas do embaixador Calvet de Magalhães.

Desde essa altura sempre me fascinaram as condições em que no Portugal de Salazar, do sonho colonial, tinha emergido na diplomacia portuguesa uma corrente notoriamente pró-europeia, euro-atlântica como gosta de se definir o embaixador Calvet, e a polémica travada com a corrente geopolítica atlantista e imperial, do «orgulhosamente sós». Polémica que, não se assumindo como tal, se prolongou até bem depois da nossa adesão às Comunidades Europeias.

A importância deste debate continua a marcar a nossa política externa e foi nessa perspectiva que há muito pensava nesta conversa. Tanto mais que ela seria uma síntese de muitas horas passadas a ouvir o embaixador Calvet de Magalhães, muitas vezes em companhia de alguns amigos como o saudoso Armando Antunes de Castro, Guilherme d'Oliveira Martins, Maria do Rosário de Moraes Vaz, Celso Lafer e tantos outros, durante os últimos vinte anos. Só quem não ouviu o embaixador Calvet de Magalhães discorrer sobre a sua vida diplomática, contar com enorme precisão de detalhes episódios marcantes, é que não desejaria que ele tivesse publicado as suas memórias. Mas a actividade transbordante, como ensaísta, biógrafo, articulista e professor não lhe deixaram tempo para se dedicar ao passado.

Esta entrevista, que não tem a pretensão de ser um exercício de história (esse fica para os historiadores), procura ser uma forma de intervenção no presente, pois é minha convicção que a questão europeia não se encontra resolvida em Portugal. É verdade que a democracia permitiu que se consolidasse a ideia de que o futuro de Portugal estava na recusa do isolacionismo e na Europa e continua a existir um apoio generalizado à União Europeia entre os Portugueses, mas mantém-se em largos sectores a desconfiança da supranacionalidade, a convicção de que estamos na União apenas para receber, com segundas intenções, como diz Calvet de Magalhães, que tudo nos é devido e em todos os *do-siers* deve haver ganhos líquidos, caso contrário essa é uma dimensão da construção europeia que não nos interessa. O peso do nacionalismo, em Portugal fortemente associado ao centralismo, ficou bem patente na argumentação contra a regionalização, vista por muitos como uma ameaça à identidade nacional e ao mito de um país culturalmente uniforme. Mas reaparece em muito dos temas que são centrais nesta entrevista, como a desconfiança em relação a Espanha. Por tudo isto não perdeu actualidade o debate surdo entre europeístas e isolacionistas que atravessou a diplomacia portuguesa logo desde o final da Segunda Guerra Mundial. Quem melhor que o embaixador Calvet de Magalhães, actor ímpar desse

debate, do lado internacionalista da barricada, para nos relembrar os seus contornos mais significativos para os nossos dias?

Parte essencial da actividade diplomática e intelectual de Calvet de Magalhães foi a procura de um caminho europeu para Portugal e de uma relação sólida com os Estados Unidos, como campo prático de aplicação do exercício da diplomacia pura. Só o regime democrático iria permitir desenvolver plenamente estas duas dimensões, as quais, no final da Segunda Guerra Mundial, eram já os temas fortes das manobras de bastidores de um grupo de diplomatas em princípio de carreira, entre os quais Calvet de Magalhães.

Tendo entrado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1941, em plena guerra, recusou o nacionalismo ideológico, fruto do ódio dos outros, e o conceito de soberania absoluta, que então estava tanto na moda em Portugal, e que, juntos, foram a causa da terrível tragédia europeia e mundial. Como escreveu anos mais tarde em «Portugal na Europa: o caminho certo», notável artigo em defesa do Tratado de Maastricht publicado na *Estratégia*, o nacionalismo ideológico, antieuropeu, «é uma atitude doutrinária que considera os valores nacionais como valores absolutos, opondo-se a tudo que obrigue, em nome de superiores valores humanos, a reconhecer a relatividade dos valores nacionais». Nas circunstâncias do debate europeu que, também em Portugal, se seguiu à queda do Muro de Berlim, Calvet de Magalhães critica os que se opõem aos avanços no sentido da união política e olham com desconfiança os acordos, «particularmente aqueles que criam associações entre Estados e que possuem um carácter internacional». Ao nacionalismo, opõe o patriotismo, que tira benefício para o seu país da interdependência, do livre comércio e da participação na comunidade internacional. Patriotismo que assenta num amor tranquilo pela sua Pátria, o amor natural dos seus, que não se alimenta da desconfiança nem de ódios e rancores pelas outras nações. Bem pelo contrário, é enorme a sua admiração por todas as nações em que viveu e trabalhou, sejam os Estados Unidos, a França ou a Itália.

1618] Não é, pois, de estranhar que desde muito novo tenha sido um entusiasta da integração europeia e tenha sido, com o embaixador Ruy Guerra, um dos promotores de uma política de aproximação à Europa. O aparecimento e crescimento de uma corrente internacionalista e pró-europeia nas Necessidades, durante o antigo regime, é talvez um dos aspectos mais interessantes da história diplomática portuguesa do pós-guerra. Foi uma aventura tranquila, quase sempre a contracorrente, mas bem-sucedida naquilo que era possível, ou seja, a participação de Portugal nos organismos europeus de cooperação económica, o que permite afirmar que o processo de integração europeia de Portugal não começou com a adesão à Comunidade, em 1986. Foi um processo gradual que principiou sensivelmente com a participação na Organização Europeia de Cooperação Económica, precursora da OCDE, e cujo objectivo era aplicar o Plano Marshall, de que Portugal veio a beneficiar com algum atraso, prosseguiu com a adesão à EFTA (e indirectamente e por arrastamento ao GATT) e se consolidou com o acordo de associação com a CEE, de Julho de 1972.

A adesão, em 1986, às Comunidades Europeias, um projecto de inclusão democrática, representou, indiscutivelmente, um salto qualitativo em relação ao lento processo de integração económica de Portugal no espaço europeu iniciado no pós-guerra, só possível devido à ruptura com a ditadura que foi o 25 de Abril e à consolidação da democracia nos anos que se seguiram. Ao Portugal de Salazar estava vedado, mesmo que esse tivesse sido o seu desejo, um destino plenamente europeu, para parafrasear Mário Soares, uma das mais fortes vozes europeias dos novos tempos. Aos que do interior do antigo regime fizeram avançar a integração económica, juntavam-se e sobrepunham-se, agora, vindos da oposição interna ou do exílio, em muitos casos em países das Comunidades Europeias, os que defendiam o ideal europeu numa perspectiva eminentemente política. Alguns dos europeístas da primeira hora têm tido enormes dificuldades em acompanhar o processo de construção da união política europeia e passaram a ver em cada passo da União uma vulnerabilidade

para a soberania portuguesa. Calvet de Magalhães, bem pelo contrário, entusiasmou-se com cada etapa, alargando e aprofundando a sua reflexão europeia, agora em condições muito mais favoráveis à concretização dos seus designios de defensor de um verdadeiro federalismo.

A desconfiança do antigo regime em relação ao processo de integração europeia só era comparável à que nutria pelos Estados Unidos, que desmentiam com a sua enorme estabilidade política e crescente progresso económico as teses de Salazar sobre o fracasso das democracias à luz das dificuldades que atravessaram na Alemanha e na Itália. Também segundo Calvet de Magalhães, era a tradição anticolonial americana a razão essencial do antiamericanismo da direita tradicional em Portugal. A par da integração europeia, promover relações sólidas com os Estados Unidos foi o outro traço marcante da acção diplomática de Calvet de Magalhães. Antes de 1974, as relações com as democracias, europeias e americana, eram as duas componentes essenciais de uma política internacionalista portuguesa. Para Calvet de Magalhães, não existe naturalmente contradição entre a opção europeia de Portugal e as relações com os Estados Unidos, que no seu entender mutuamente se reforçam, o que o leva a preconizar uma política euro-atlântica que defende em diversos textos publicados na *Estratégia*. A esse tema regressou no texto que publicou na obra *José Calvet de Magalhães — Humanismo Tranquilo*, reafirmando a sua perspectiva, agora em novas e mais difíceis circunstâncias. O seu internacionalismo e a sua crítica do nacionalismo são, aliás, componentes essenciais da sua eficácia como negociador, amplamente comprovada nas várias negociações que dirigiu com os Estados Unidos, com o objectivo de vencer o enorme défice político e económico que as caracteriza, primeiro por desconfinança dos governantes do antigo regime, depois por incapacidade do novo em tirar partido da locomotiva da economia mundial que foram no século passado os Estados Unidos. Trata-se, hoje ainda, de resolver a dilemática contradição entre a afirmação de atlantismo por parte das elites portuguesas e a redução

quase absoluta dessas relações à cedência da base das Lages. *Portugal: um paradoxo atlântico* é, aliás, o título de um dos livros do IEEI de que Calvet de Magalhães é co-autor.

Para Calvet de Magalhães a diplomacia, como conceito rigoroso, é a arte da paz, que se exerce pela procura do compromisso, pela valorização da tolerância e a força persuasiva dos estímulos, pela procura de regras e de referências comuns. O seu instrumento de eleição é a negociação, contrária da imposição. É a sua concepção kantiana da diplomacia pura, que não se ocupa da guerra e nem mesmo das sanções económicas, pois esses seriam instrumentos violentos da política externa, em contraste com o instrumento pacífico que é a diplomacia. Quando a guerra rebenta é porque a diplomacia fracassou e daquela se devem ocupar não os diplomatas mas os políticos, a quem compete a definição e condução da política externa e o manejo dos instrumentos de coacção.

O seu apego à paz como valor e à diplomacia como seu instrumento, a sua convicção profunda de que a função essencial do diplomata é a de «fazedor da paz», constitui um traço forte do seu humanismo, que faz de Calvet de Magalhães um herdeiro do «pensamento liberal e humanitário», como ele próprio o define, de Andrade Corvo, que ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros por diversas vezes, nos finais do século XIX. É clara a sua filiação no pensamento liberal da geração de 70, de Eça e de Antero de Quental, a quem, aliás, dedicou duas biografias, a par do seu Garrett, um ardente combatente do liberalismo.

A relação de José Calvet de Magalhães com o IEEI — quase vinte anos como que de conversa ininterrupta sobre a diplomacia, a política externa portuguesa, a Europa e o mundo, a par do conselho sábio e oportuno e do apoio sempre certo e seguro — é para todos nós motivo de grande e justificado orgulho, e agora de imensa saudade. A sua colaboração intelectual, expressa em dezenas de textos publicados em livros, na *Estratégia* e n' *O Mundo em Portugal*, e em tantas outras intervenções em conferências, constitui parte importante do património que dá testemunho visível de uma reflexão original e única sobre a política internacional.

★ ★ ★

Esta conversa começou no dia 19 de Julho de 2001, num restaurante no Estoril, e continuou, por diversas ocasiões, na sua casa, na Avenida Biarritz, também no Estoril, a que se seguiram várias conversas no Paço do Lumiar, na sede do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, a que o embaixador Calvet de Magalhães presidia desde 1985.

A maior parte do texto deste livro foi aprovada pelo embaixador Calvet de Magalhães, mas passagens há que, infelizmente, já não o puderam ser, razão por que assumo a responsabilidade pelo conjunto.

Este livro não teria sido possível sem o entusiasmo que Maria João Seabra, responsável no IEEI pela edição das suas publicações, colocou na sua revisão. Queria agradecer também a Teresa de Sousa, a Guilherme d'Oliveira Martins e a Peter Calvet, que leram o texto atentamente e fizeram um conjunto de úteis sugestões. Os meus agradecimentos vão também para todos os que no IEEI transcreveram o texto, a partir das gravações, e contribuíram para a elaboração das notas. Finalmente, o nosso obrigado à família de José Calvet de Magalhães e a Isabel Fevereiro, do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela cedência da maioria das fotografias.